

**SALÁRIO** Apesar da medida, FGV estima que a proporção de pobres no Rio continuará mais elevada do que a de São Paulo

# Novo mínimo pode reduzir miséria no RJ

ISABEL CLEMENTE  
DA SUCURSAL DO RIO

Mesmo com o maior salário mínimo do país, o Rio de Janeiro não ficará com a menor proporção de pobres entre as seis principais regiões metropolitanas do Brasil.

Estimativas conservadoras de um levantamento do Centro de Políticas Sociais da FGV (Fundação Getúlio Vargas) mostram que o aumento do salário mínimo do Rio de Janeiro para R\$ 220 poderá reduzir a proporção de pobres regional de 28% para 25,7%.

Na região metropolitana de Porto Alegre, essa proporção é de 17%; na de São Paulo, ela é de 23% e, na de Belo Horizonte, 25%.

O conceito de pobreza, no caso, é dado pela soma dos rendimentos dos membros de uma família, dividido pelo número de pessoas que moram num mesmo domicílio. Em São Paulo, essa linha de pobreza fica definida quando essa

"renda individual" está abaixo de R\$ 60, e um pouco mais abaixo para as demais regiões.

Um acompanhamento de reajustes anteriores do salário mínimo na proporção de pobres mostra que esse grupo chegou a cair 15,8% em maio de 1995, quando o piso nacional subiu 40% (de R\$ 70 para R\$ 100) — algo próximo aos 46% aprovados pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro na semana passada.

O pesquisador Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da fundação, informa que o efeito dessa vez não será tão grande — ele calcula algo em torno de 8% — devido ao grande número de aposentados no Estado, que seriam beneficiados pelo reajuste do salário mínimo federal, o que ainda está na pauta de discussões do Congresso Nacional, e não com o reajuste estadual.

No Rio de Janeiro, 18% da renda vem do pagamento de pensões e

aposentadorias, contra uma média de 12% nas demais regiões metropolitanas. "Apesar da fama e do estereótipo de jovens bronzeados nas praias do Rio, a população idosa é grande", diz Neri.

## Desemprego

Junto com a melhora da situação de quem trabalha, virá o aumento do desemprego e da informalidade. Neri diz que o reajuste do mínimo, que passará de R\$ 151 para R\$ 220 a partir de dezembro, é uma loteria. "Não será surpresa se a pobreza em função da renda cair muito rapidamente", diz Neri. "O problema é que, para algumas pessoas, a renda pode cair a zero", afirmou.

"O Rio virou um laboratório a céu aberto. As pesquisas de emprego do IBGE de janeiro e fevereiro já vão mostrar os impactos. Resta aos demais Estados aprender com a lição daqui", diz.

As regiões mais pobres do Esta-

do são as mais suscetíveis. Na região Noroeste fluminense, onde estão 13 pequenos e pobres municípios do Rio, 27,8% dos ocupados recebem um salário mínimo.

No norte fluminense e na baía, a proporção baixa para 16%, mas continua bem acima da participação do salário mínimo na renda de quem mora na região metropolitana do Rio, de acordo com os dados da FGV.

Apesar de ser um defensor do piso regionalizado, o economista acha que uma medida "tão drástica" não deveria ter sido tomada, principalmente num momento de inflação baixa. "Se errar na mão do reajuste, não dá para voltar atrás", disse Neri, referindo-se a possíveis pressões de consumo na alta de preços.

O presidente da Fundação Cide — um instituto de pesquisas ligado ao governo do Estado —, Epitácio Brunet, apesar de achar a questão polêmica, acredita que o salário mínimo constitui um instrumento poderoso para a reversão da pobreza.

Segundo Brunet, estima-se que mais da metade (54%) da força de trabalho do Estado esteja na economia informal. "Os informais também usam o salário mínimo como referência. Haverá um impacto significativo, com certeza", acredita Brunet.

É histórico o destaque do Rio de Janeiro como a região de menor taxa de desemprego, dentre as seis metropolitanas pesquisadas pelo IBGE. Para o economista Lauro Ramos, do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), o impacto do aumento do salário mínimo não chegará com muita força na taxa de desemprego local.



Governador Anthony Garotinho, que elevou o mínimo regional

## Aumento não serve de referência

DA SUCURSAL DO RIO

O secretário estadual do Trabalho, Jaime Cardoso, disse que a adoção do salário mínimo de R\$ 220 no Rio de Janeiro exclui as categorias cujos vencimentos são regulados por legislação federal.

Essa exclusão impossibilita que haja indexação de salários de advogados e engenheiros, que segundo o secretário seriam profissionais que têm contratos baseados no salário mínimo, garantidos por leis federais.

Para Cardoso, são ilegais outros tipos de contratos que estabele-

cem o salário mínimo como referencial e, portanto, o aumento não pode ser extensivo a eles. "Existe uma indexação cultural, mas que não tem valor legal".

O valor de R\$ 220 é a somatória de R\$ 173,45, correspondente a uma cesta básica de 30 produtos de alimentação e higiene, mais os gastos mensais de uma pessoa com duas passagens de ônibus por dia, o que daria R\$ 46,80.

A adoção do novo mínimo não afeta as despesas do governo estadual, porque a menor remuneração para o funcionalismo já é de R\$ 400, segundo o governo.

Ana Carolina Fernandes/Folha Imagem